

## A ideologia e a construção do inimigo objetivo: uma leitura da conjuntura política brasileira a partir de categorias arendtianas

*Ideology and the construction of the objective enemy: a reading of the brazilian political conjuncture from arendtian categories*

Fábio Abreu dos PASSOS

Professor da Universidade Federal do Piauí

Doutor em Filosofia pela UFMG

Bolsista Produtividade CNPq

E-mail: [fabiopassos@ufpi.edu.br](mailto:fabiopassos@ufpi.edu.br)

### RESUMO:

Em *Origens do totalitarismo*, Hannah Arendt (1906-1975) nos adverte que os governos totalitários são diferentes das tiranias e ditaduras e, assim, esta forma de regime político deve ser tencionada como algo sem precedentes na história. Mesmo diante desse ineditismo, nossa aposta no presente texto é que outras formas de governo de exceção, como tiranias e ditaduras, lançam mão de métodos de dominação utilizados pelo totalitarismo, a exemplo da ideologia. A “natureza” e o *modus operandi* da ideologia – a lógica de uma ideia – se constituem como eixos de sustentação sobre os quais gravitarão minhas reflexões, as quais terão como fio condutor as contribuições filosóficas políticas de Hannah Arendt. Esses dois eixos de sustentação me possibilitarão lançar luz sobre a tentativa de dissolver as contradições que são inerentes à vida humana, a qual tem como objetivo nuclear o fomento de um mundo fictício, edificado a partir de premissas logicamente aceitas. A construção do mundo fictício impede que a memória armazene o passado tal qual ele ocorreu, transformando o pretérito em um engodo. Na edificação do mundo fictício, a construção da persona do “inimigo objetivo” se constitui como um movimento imprescindível, pois será essa “ideia” que sustentará tanto a ascensão quanto a permanência de regimes de exceção, a exemplo da ditadura civil-militar brasileira, que tomou o poder com a promessa de destruir a ameaça comunista que pairava sobre a sociedade brasileira e seus inquebrantáveis valores: Deus, família e pátria. Ainda, procurarei explicitar de que forma a “ideologia” do perigo comunista constitui-se como fenômeno alicerçador de grande parte das práticas políticas hodiernas em nosso país.

**PALAVRAS-CHAVE:** Hannah Arendt, Faculdade do Pensamento, Ideologia, Políticas de esquecimento, Ditadura civil-militar brasileira.

### ABSTRACT:

In *Origins of Totalitarianism*, Hannah Arendt (1906-1975) warns us that totalitarian governments are different from tyrannies and dictatorships and, therefore, this form of political regime must be intended as something unprecedented in history. Even in the face of this novelty, our bet in this text is that other forms of government of exception, such as tyrannies and dictatorships, make use of methods of domination used by totalitarianism, such as ideology. The “nature” and *modus operandi* of ideology – the logic of an idea – constitute the axes of support on which my reflections will gravitate, which will have

as a guiding thread the philosophical and political contributions of Hannah Arendt. These two axes of support will enable me to shed light on the attempt to dissolve the contradictions that are inherent to human life, which has as its core objective the promotion of a fictitious world, built from logically accepted premises. The construction of the fictitious world prevents memory from storing the past as it occurred, transforming the past into a deception. In the construction of the fictitious world, the construction of the persona of the "objective enemy" constitutes an essential movement, since it will be this "idea" that will sustain both the rise and the permanence of regimes of exception, such as the Brazilian civil-military dictatorship, which took power with the promise of destroying the communist threat that hung over Brazilian society and its unbreakable values: God, family and homeland. I will also try to explain how the "ideology" of communist danger constitutes itself as a phenomenon that underpins part of today's political practices in our country.

KEYWORDS: Hannah Arendt, Faculty of Thought, Ideology, Politics of oblivion, Brazilian civil-military dictatorship.

***O tempo não para***

*A tua piscina tá cheia de ratos*

*Tuas ideias não correspondem aos fatos*

*O tempo não para*

*Eu vejo o futuro repetir o passado*

*Eu vejo um museu de grandes  
Novidades*

*O tempo não para*

*Não para, não, não para*

*(Cazuza)*

Cazuza, em um trecho de sua música intitulada “O tempo não para”, nos diz: “eu vejo o futuro repetir o passado. Eu vejo um museu de grandes novidades”. Esta afirmação poderia ser utilizada para referirmos a um recorte do cenário político brasileiro dos últimos 100 anos. Em outras palavras, quando utilizo o trecho da música do Cazuza, tenho a pretensão de demonstrar o quanto o fenômeno da construção da ideia de comunismo em nosso país nos faz perceber que “o futuro repete o passado”, uma vez que a “ideia” do perigo vermelho é requentada sempre que a elite brasileira se sente ameaçada pelo clamor da justiça social que, para se efetivar, precisa retirar da burguesia brasileira seus seculares privilégios. Assim, a construção da ideologia do comunismo em nosso país surge por volta dos anos 20 do século passado e ainda hoje mantém-se como uma forte imagem que justifica pedidos de intervenção

militar e tentativas de golpe... Tudo isso em nome de se manter intacta a “ordem” e os bons costumes da família tradicional brasileira.

Para iniciar minhas leituras da conjuntura política brasileira a partir da categoria arendtiana de ideologia e do inimigo objetivo faz-se necessário realizar um primeiro giro argumentativo, que nos proporcionará uma percepção acurada da compreensão arendtiana de que o totalitarismo deve ser tencionado como um fenômeno político sem precedentes. Nessa chave de leitura, Hannah Arendt nos adverte que os governos totalitários são diferentes das tiranias e *ditaduras*. Isso se deve ao fato de que o totalitarismo busca o domínio total, ou seja, a supressão da esfera pública e a tutela dos pensamentos dos cidadãos. Para alcançar esse objetivo, o regime totalitário busca subsumir a liberdade do espaço público (ação espontânea), bem como a liberdade da faculdade do pensar (para Arendt, o pensamento é a mais livre das faculdades espirituais).

Contudo, embora o totalitarismo seja um regime político sem precedentes na história, minha aposta argumentativa no presente artigo é que outras formas de governo de exceção, como tiranias e *ditaduras*, lançaram mão de métodos de dominação que foram utilizados pelos regimes totalitários de maneiras mais drásticas, como é o caso da ferramenta da ideologia. É a partir dessa aposta que me voltarei para o “método” denominado por Arendt de “lógica de uma ideia”, ou seja, a ideologia, que busca dissolver as contradições que são inerentes à vida humana e reinventar o mundo a partir de premissas logicamente aceitas. Nessa franja argumentativa, a ideologia deve ser tencionada como eixo de sustentação não somente do nazismo, mas também de um recorte histórico de aproximadamente 100 anos do nosso país: o período da ditadura varguista, os anos em que transcorreu a ditadura civil-militar brasileira (1964-1985) e dos fenômenos políticos mais recentes, em que a “ideia” do perigo comunista serve de elemento de sustentação da assim denominada “direita conservadora” que em vários momentos, seja através do voto democrático ou de golpes, governa o nosso país.

Assim, nosso intento é explicitar de que modo a construção do “inimigo objetivo” – comunismo – constituiu-se como o principal objetivo da ideologia no período ditatorial e também do atual cenário político brasileiro.

Em suas análises, quando Hannah Arendt define a ideologia como a “lógica de uma ideia” (Arendt, 1979, p. 469), a autora a caracteriza como uma ferramenta que procura edificar uma compreensão unitária, homogênea e isenta das contradições advindas do mundo comum, rechaçando, assim, a possibilidade de que qualquer tipo de imprevisibilidade venha a macular uma cadeia de pensamento. Em outras palavras, essa compreensão de mundo deve ser entendida à maneira de um silogismo que, pela aplicação de uma ideia da história ou da natureza, revela um processo coeso e blindado à interferência de contradições. Esse silogismo não necessita da realidade para confirmá-lo, tampouco

para negá-lo. A ideologia promove a reinvenção do pretérito e, por consequência, faz com que a memória não mais se ancore nos fatos ocorridos, mas se alimente dos processos lógicos que extirpam a contradição do domínio público.

Uma ideologia é muito literalmente o que seu nome indica: ela é a lógica de uma ideia. Sua matéria (*subject matter*) é a história à qual a “ideia” é aplicada; o resultado desta aplicação não é um conjunto de proposições sobre algo que *é*, mas o desdobramento de um processo que está em constante movimento. A ideologia trata o curso dos eventos como se ele seguisse a mesma “lei” que a exposição lógica de sua ideia. As ideologias pretendem conhecer os mistérios de todo o processo histórico – os segredos do passado, a complexidade do presente, as incertezas do futuro – por causa da lógica inerente em suas respectivas ideias (Arendt, 1979, p. 469).

A ideologia adquire plausibilidade a partir de uma dada premissa, que possui a força de uma verdade inquestionável, desencadeando um silogismo que culminará em uma conclusão, em uma “verdade mais verdadeira”, como a ideia de que uma raça impura deva ser dizimada ou que o Brasil, desde os anos 1920, está sob ameaça iminente do comunismo. O que pretendo dizer é que uma ideologia confere pseudos significados à vida a partir do seguinte processo: primeiramente busca explicar a origem da calamidade (os judeus são culpados pela miséria na Europa e os comunistas são uma ameaça aos bons costumes das famílias tradicionais) e, posteriormente, inflamar o desejo de mudar a realidade pela perseguição e aniquilamento do inimigo objetivo.

### A ideologia e a construção do “inimigo objetivo”

No interior de governos de exceção, como são os casos de regimes totalitários e ditatoriais, a ferramenta da ideologia, ao rearranjar a realidade ou mesmo construir uma realidade fictícia, a partir de premissas ficcionais, mas logicamente aceitas e deduzíveis, tem como um de seus objetivos a construção da persona do “inimigo objetivo”, que performará imgeticamente de acordo com os interesses daqueles que criam essa persona. É contra o “inimigo objetivo” que todas as forças dos governos de exceção serão canalizadas e suas respectivas ascensões serão legitimadas e apoiadas, pois somente de posse do poder

que aqueles que se voltam contra o “inimigo objetivo” terão condições bélicas e jurídicas para combater essa ameaça.

Em sua obra *Origens do totalitarismo*, Arendt explicita que o “inimigo objetivo” não é um sujeito isolado, uma pessoa particular, mas, ao contrário, um grupo de pessoas portadoras de tendências perigosas, tendências essas que se apresentam como ameaçadoras ao bom ordenamento de um determinado corpo político. O “inimigo objetivo” precisa ser liquidado em prol da defesa da sociedade e de uma autodefesa do governo de exceção que tomou o lugar de poder para imprimir ações que neutralizem as supostas ambições desses “inimigos”. Caso o “inimigo objetivo” seja aniquilado, outro grupo de tendências perigosas galgará o posto de ameaça ao ordenamento público. A escolha de qual grupo será marcado com o selo de “inimigo objetivo” não ocorre de maneira aleatória. Antes, o perigo que esses grupos trazem para o bom ordenamento da nação precisa ser “provado” e, assim, todos devem estar convictos de que é preciso estar em guarda contra o perigo judeu, burguês ou comunista.

Importante ressaltar, em nossa tentativa de utilizar as categorias arendtianas de “ideologia” e “inimigo objetivo” para pensar o cenário da política contemporânea brasileira, que a identidade do “inimigo objetivo”, segundo Hannah Arendt, no interior dos regimes totalitários, não é fixa. Altera-se de acordo com a eliminação do “inimigo objetivo”. Isso se deve ao fato de os governos totalitários não serem, *ipse litteris*, governos, e sim movimentos que não se apoiam na fixidez de normas e preceitos, mas se valem da “[...] lei de um movimento cujo fim ulterior não é o bem-estar dos homens [e das mulheres] nem o interesse de um homem [e de uma mulher], mas a fabricação da humanidade, elimina os indivíduos pelo bem da espécie, sacrifica as ‘partes’ em benefício do ‘todo’ (Arendt, 1979, p. 465). O movimento não pode ter ponto fixo de ancoragem, pois do contrário perderia o eixo sobre o qual gravita.

Não é dessa forma que funciona a construção da identidade do “inimigo objetivo” nos movimentos que buscam efetivar golpes de Estado que têm como objetivo fomentar à ascensão de governos ditatoriais, como acontece no Brasil desde o Estado Novo. Nessa perspectiva, no Brasil, por exemplo, o comunismo é sempiterno, atualizado enquanto “inimigo objetivo” desde os anos 1920, tendo alcançado seu auge no período da ditadura civil-militar, que eclodiu no dia 31 de março de 1964. O comunismo hodiernamente ainda possui ressonância no ideário da elite conservador, que se alimenta e se legitima com a ideia do perigo vermelho, que levaria à perda do seu *status quo* de elite dominante, a qual dita as normas políticas, sociais e econômicas.

Nesse passo das minhas reflexões, irei utilizar como fonte primária o livro de Rodrigo Patto de Sá Motta, *Em guarda contra o perigo vermelho*, o qual nos dota de imprescindíveis elementos históricos que nos permitem compreender a ascensão e manutenção do ideário do comunismo em nosso cenário político. Utilizar dessa obra de viés histórico demonstra que, para fazermos uma análise filosófica do

nosso tempo, precisamos nos munir de dados históricos, que nos permitam refletir o mundo comum tal qual ele é. A partir dessa obra, veremos como a ideia do “inimigo objetivo” foi construída em nosso país no início do século passado e, também, de que forma essa ideia ainda perdura em nosso imaginário político. É inegável que, embora com características diversas, o anticomunismo tornou-se uma força nuclear nas disputas políticas na contemporaneidade, que vivenciou o período da Guerra Fria (1947-1991) e seus respectivos desdobramentos. O Brasil não escapou dessa força.

A ideologia do perigo vermelho no Brasil, que alavancou uma guerra anticomunista, começou a se constituir após a Revolução Russa de 1917 e ganhou maior experiência nos golpes de 1937 e 1964. Embora o “inimigo objetivo”, forjado pela ideologia da elite verde e amarela, que o denominou de comunismo, em alguns momentos ganhasse pujança e em outros fosse arrefecido, desde a metade do século XX se constituiu em uma poderosa persona da vida pública brasileira.

Vejamos a cronologia de um nascimento. O “inimigo objetivo” começou a se materializar em solo brasileiro logo após a Revolução Russa em 1917<sup>1</sup>. Nos anos que se seguiram, por volta de 1917, as manifestações anticomunistas começaram a aparecer na imprensa e o assunto relacionado ao perigo vermelho do comunismo passou a ser motivo de preocupação da elite brasileira. O perigo comunista começou a ganhar vulto por ocasião do crescimento do Partido Comunista Brasileiro (PCB) nos anos 1930. Contudo, a construção do “inimigo objetivo” passou a ganhar contornos mais nítidos após a Intentona Comunista, que ocorreu em novembro de 1935. A Intentona é o fato de maior relevância para a disseminação do sentimento anticomunista no Brasil. A Intentona Comunista foi uma rebelião de membros do exército brasileiro ligados à Aliança Nacional Libertadora (ANL) e ao presidente de honra da ANL, Luís Carlos Prestes. Esta rebelião ocorreu dentro dos quartéis das cidades do Rio de Janeiro (RJ), Natal (RN) e Recife (PE) e durou quatro dias, tendo sido rapidamente sufocada.

O então presidente da República Getúlio Vargas (1882-1954) soube muito bem aproveitar o clima de pânico político e social que pairava sobre o Brasil após a insurreição da Intentona Comunista. O clima de temor fez com que a população passasse a crer que era preciso entregar ao governo o poder necessário para se combater o “inimigo objetivo”, e esse poder, emanado com a aprovação do Estado de Guerra em 31 de agosto de 1937, estava nas mãos de Vargas e das Forças Armadas: única força sã e honesta da

---

<sup>1</sup> A Revolução Russa foi um conjunto de revoltas em 1917 que levaram ao fim do czarismo absolutista na Rússia e à instauração do primeiro regime socialista do mundo, com a chegada dos bolcheviques ao poder sob a liderança de Lênin. Fatores como a fome, a pobreza camponesa, as péssimas condições de trabalho e a participação da Rússia na Primeira Guerra Mundial foram cruciais para o descontentamento popular que resultou na queda do czar Nicolau II e na ascensão de um novo governo.

nação capaz de combater o perigo vermelho. A Intentona “[...] contribuiu para reverter a situação de instabilidade e fragilidade política vivenciada pelo governo. Vargas saiu da crise extremamente fortalecido, enaltecido como o chefe de governo que conseguiu derrotar a ‘revolução comunista’” (Motta, 2020, p. 219). Vargas não somente aproveitou o momento de pânico social para decretar o Estado de Guerra. Dois anos após o levante, em 10 de novembro de 1937, o Congresso Nacional foi fechado e, em seguida, foi promulgada a nova Constituição, que tinha como um dos principais objetivos conceder ordenamento jurídico ao regime ditatorial denominado Estado Novo, que perdurou de 1937 a 1945. Com a promulgação do Estado Novo, começou-se a articular o controle sobre as publicações, sobre a imprensa, bem como a eliminação dos oposicionistas. A instauração do Estado Novo tinha o inquebrantável compromisso de combater o perigo comunista, uma vez que se criou, com o auxílio da ferramenta ideológica, a impressão de que havia um plano comunista para impedir a realização das eleições para presidente e, por isso, era necessário armar o governo Vargas com poderes excepcionais. Durante a ditadura varguista, o anticomunismo galgou o posto de pilar de sustentação ideológica do Estado, passando a integrar a estrutura social brasileira, principalmente no interior do imaginário da elite dominante.

Já no período de 1961 a 1964, o anticomunismo também foi preponderante para principiar o golpe militar de 31 de março de 1964, que instaurou a ditadura civil-militar brasileira. Embora no Brasil já houvesse uma forte ideologia acerca do “inimigo objetivo” comunista, como foi explicitado acima, os anos que antecederam o golpe de 1964 possuíam alguns matizes singulares. A nova política norte-americana, envolta pelos alicerces da Guerra Fria, colocou em prática várias ações que tinham como mote impedir a expansão do comunismo pelos países da América Latina, gerando uma forte pressão sobre o continente. Temia-se que países como o Brasil fossem impactados por eventos como a Revolução Cubana, ocorrida em 1953<sup>2</sup>, que marcou a ascensão de Fidel Castro. Assim, a Revolução Cubana colocou a América Latina no centro dos conflitos da Guerra Fria. Diante de tal cenário, a renúncia do presidente Jânio Quadros (1917-1992) em 1961 e a consequente posse de João Goulart (1919-1976), um político próximo dos movimentos e ideários esquerdistas, trouxe ainda mais instabilidade à já cambaleante estrutura da democracia brasileira.

Brevemente, irei lançar luz sobre dois dos principais eventos que principiaram o golpe militar. No dia 13 de março de 1964, na frente do prédio da Central do Brasil, Jango participou de um comício

---

<sup>2</sup> Em 26 de julho de 1953, jovens revolucionários liderados por Fidel Castro deram início ao levante contra a ditadura de Fulgêncio Batista, com o assalto ao quartel Moncada. A ação marcou o início de um processo histórico que culminou na Revolução Cubana e na construção de um projeto socialista soberano e anticolonial.

que teve um grande impacto nos dois lados do espectro político: os conservadores e os revolucionários. Nesse comício, Jango reforçou seu comprometimento público com as reformas de base, ao mesmo tempo em que “[...] fortaleceu a convicção de que o povo apoiava as transformações sociais, pois o comparecimento foi massivo (aproximadamente 200 mil pessoas)” (Motta, 2020, p. 287). A resposta ao comício foi imediata. Seis dias depois, no dia 19 de março de 1964, em São Paulo, ocorreu a “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”, evento que demonstrou o poderio político dos conservadores. A elite paulistana marchou carregando cartazes que expressavam todo o cabedal ideológico desse movimento: “Verde e amarelo, sem foice e sem martelo”; “Democracia tudo, comunismo nada”; “Abaixo os entreguistas vermelhos”; “O Brasil não será uma nova Cuba” (pelas frases que estampavam os cartazes da “Marcha da Família com Deus e pela Liberdade” percebe-se o quanto a “ideia” do perigo comunista ainda se faz presente em nosso cenário político, uma vez que as mesmas frases são utilizadas para justificar os pedidos de intervenções militares ou o fechamento do Supremo Tribunal Federal). A “Marcha da Família com Deus pela Liberdade” explicitou que a frente anticomunista estava consolidada. Essa frente era composta pelos segmentos da elite brasileira, que encontrava na classe média conservadora o apoio necessário.

Embora os perpetradores do golpe tivessem, efetivamente, um temor quanto aos perigos comunistas, é fato incontestável que eles manipularam a real imagem do comunismo no Brasil, apresentando-o como um movimento formado por indivíduos violentos e imorais: o maligno “inimigo objetivo”. “A estratégia era a mesma há décadas: passar para a sociedade uma impressão aterrorizante dos comunistas, no intuito de levantar contra eles a indignação popular” (Motta, 2020, p. 3021). Diante de tal cenário, em 31 de março de 1964, sob o comando do general Olympio Mourão Filho (1920-1972), tropas partiram de Juiz de Fora (MG) em direção ao Rio de Janeiro. Unidades legislativas aderiram à “revolução” e se insurgiram contra Goulart, que seguiu para o exílio no Uruguai, de onde voltou morto 12 anos depois. Imediatamente após a deposição do presidente, teve início um grande expurgo de todas as pessoas que tivessem alguma ligação com o pensamento ou ação de matiz esquerdista. O golpe de 1964 deve ser tencionado como mais um ato que caracteriza a “[...] longa tradição intervencionista que remonta aos séculos anteriores de nossa história” (Arquidiocese de São Paulo, 2014, p. 51).

Podemos provisoriamente colocar um ponto final em nossas reflexões, afirmando que “[...] a ‘ameaça comunista’ serviu como pretexto para justificar golpes autoritários, reprimir movimentos populares, garantir interesses imperialistas ameaçados pelas campanhas nacionalistas, ou seja, manter inalterado o *status quo*” (Motta, 2020, p. 18). A ideologia anticomunista propagava, para justificar as intervenções autoritárias, que as instituições liberais-democráticas não eram suficientes para neutralizar o perigo vermelho. É nesse ambiente que o fomento do “inimigo objetivo”, o comunismo, encontra



terreno fértil. A expressão “comunismo” se aplica “[...] aos indivíduos pertencentes aos diversos matizes da esquerda [...]” (Motta, 2020, p. 185 e 186), que tinham como objetivo colocar em marcha o processo de mudança social, seja pelas reformas de base, seja pelo direito ao voto das pessoas analfabetas. Procurei, em minhas reflexões, deixar claro que o anticomunismo foi um dos principais argumentos ideológicos que colaborou sobremaneira para justificar o que aparentemente é injustificável: as intervenções autoritárias mais significativas que ocorreram na história recente do Brasil. Essas intervenções de larga duração, que foram capazes de reunir elementos diversos da sociedade brasileira, como empresários, políticos, militares, religiosos, grande imprensa, continuam a trazer profundas consequências sociais e políticas para o nosso país.

Passado quase um século desde a primeira aparição do “inimigo objetivo” em solo brasileiro, a ideia do perigo vermelho comunista é requeitada todas as vezes que a elite do Brasil vê ameaçados os seus privilégios. As justificativas utilizadas para legitimar as prisões e torturas ocorridas durante o período da ditadura civil-militar brasileira, as frequentes solicitações para que haja uma nova intervenção militar que seja capaz de defender a pátria e a família, são embustes que tentam camuflar seu principal objetivo: manter nosso país com a cara de sempre... sempre pertencentes a uma pequena parcela da população: branca e elitista, que tem na ideia do “inimigo objetivo” vermelho seu amparo para momentos de crise.

Importante ressaltar que o modo conciliatório com que ocorreu a transição do período ditatorial para a democracia impediu que os responsáveis pelo golpe e pelas inúmeras práticas contra os direitos políticos, civis e humanos fossem levados aos tribunais penais a fim de responderem pelos seus atos. Esse é um dos motivos que possibilitam que grande parcela de nossa sociedade continue a acreditar que o golpe de 1964 salvou o país do comunismo. Hoje, essa memória corrompida, aliada à sensibilidade conservadora, tendo à sua frente fundamentalmente líderes e membros das igrejas pentecostais, ainda é capaz de manter vivo o “inimigo objetivo”, que legitima os pedidos de intervenção militar, ataques à democracia com tentativas de golpe... Todos esses acontecimentos nos fazem crer que a direita conservadora brasileira precisa manter intacta a imagem de seu “inimigo de estimação”, o comunismo, como fonte alicerçados de sua tentativa de se manter no poder político.

## Referências

ARENDT, Hannah. *Origins of Totalitarianism*. San Diego, New York and London: Havest Book, 1979.  
ARQUIDIOCESSE DE SÃO PAULO. *Brasil: Nunca mais*. Prefácio de Dom Paulo Evaristo Arns. 41 Ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. 2ª Ed. Niterói: Eduff, 2020.



PASSOS, Fábio Abreu dos. A ideologia e a construção do inimigo objetivo: uma leitura da conjuntura política brasileira a partir de categorias arendtianas. *Kalagatos*, Fortaleza, vol.23, n.1, 2026, eK260143 p. 01-10.

Recebido: 12/2025

Aprovado: 01/2026